



PROBLEMAS DE GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES DA EGIPTOLOGIA

Thais Rocha da Silva¹

Resumo: As pesquisas sobre Gênero no mundo antigo tiveram um crescimento e alcance diferenciados a partir da década de 1970. Além de uma abordagem levando em conta a teoria feminista e as novas discussões teóricas da arqueologia, os estudiosos se aventuraram na apropriação do debate antropológico. O isolamento de egiptólogos e antropólogos não permitiu que os estudos de gênero por muito tempo saíssem de modelos dicotômicos e da apropriação de categorias tradicionais de análise. Pretendo trazer exemplos de como uma parceria efetiva entre a Egiptologia e os estudos de gênero podem remodelar construções em torno do masculino e do feminino e da diversidade de suas relações, para além de uma visão polarizada.

Palavras-chave: Egito antigo, Gênero, teoria antropológica, historiografia.

O Egito antigo foi colocado como marco inicial da civilização. O início de tudo, do Estado, da escrita, da religião institucionalizada. Os gregos já entendiam que os egípcios tinham deixado um legado poderoso ao mundo helênico, posteriormente conquistado pelos romanos. Essa posição aparentemente privilegiada na linha do tempo é marcada também pela visão de decadência e progresso da humanidade. O Egito, fixo no tempo e no espaço, numa fantasia elaborada do exótico, do mistério, e também pelas limitações intrínsecas de sua pesquisa, pôde e ainda pode acomodar tudo referente ao humano. Num sentido mais acadêmico, as ideologias transplantadas ao Egito antigo tiveram seu terreno fértil para se desenvolver. Numa antítese do modelo ocidental de civilização, uma ideia de Egito foi criada e cristalizada na história.

O movimento feminista e a criação da categoria “mulheres” abriu espaço para que o Egito antigo fosse o local privilegiado para o exercício do poder feminino. A presença de figuras femininas “fortes”, como as rainhas, que tinham o governo em suas mãos, legitimou a luta feminista pelos direitos das mulheres. Ainda que numa visão orientalista, em que as mulheres podiam ser dominadoras, mas perigosas, e também

¹ Mestranda do Programa de Estudos Judaicos e Árabes. DLO-FFLCH-USP. thaistrds@gmail.com

exuberantes, inteligentes, emancipadas, o “marco inicial da civilização” egípcio parece ter sido deslocado para o movimento feminista.

Se o “Oriente” foi feminilizado durante os séculos XVIII e XIX, esse processo deixaria suas marcas no estudo sobre as mulheres e, evidentemente, nos trabalhos referentes ao gênero. Diversos saberes especializados foram deslocados para o Egito antigo sem um olhar mais atento - e mesmo crítico - dos pesquisadores. O isolamento dos egiptólogos na comunidade acadêmica não se deve apenas às particularidades e complexidades da egiptologia. Tal processo, motivados pelo próprio grupo, foi potencializado pelas demais disciplinas, em especial a história, colaborando para que muitos dos debates teóricos desenvolvidos pelos parceiros ficassem negligenciados. A história do Egito antigo, de algum modo, foi também fixada no tempo e no espaço, cabendo aos egiptólogos o esforço, muitas vezes solitário, de demonstrar que os antigos egípcios nem sempre se adequavam aos nossos modelos de análise anacrônicos. Não se trata, por outro lado, de colocar os pesquisadores como vítimas de uma artimanha da história. Os estudos orientais, frutos diretos do orientalismo do século XIX, verticalizaram o olhar que impediu outras aproximações.

Strathern (2004) seguindo a proposta de Haraway (1991) sobre os ciborgues, pensa a relação da antropologia com o feminismo. A necessidade de acrescentar próteses às disciplinas, contudo, não pode ser entendida como a simples aplicação de uma teoria a um novo material disponível. Elas devem ser complementos que favorecem outros olhares, sem perder o perspectivismo, podem oferecer uma análise que componha pontos de vista verticais e horizontais. Como afirma, “much of the control that anthropologists exercise over their data rests on eliminating alternative perspectives in favor of the one view they adopt” (2004: XIX). Não é diferente para os historiadores.

A Egiptologia, como disciplina institucionalizada no calor das conquistas imperialistas, serviu como propaganda dos grandes impérios europeus. Havia uma necessidade de legitimação histórica de um modelo civilizacional. Todavia, analisando o material egípcio, fica evidente que uma outra especificidade precisaria ser incluída. O modelo dicotômico utilizado nas ciências humanas (natureza vs. cultura, indivíduo vs. sociedade, homens vs. mulheres, etc.) se mostra insuficiente para compreender a sociedade egípcia. O material disponível, portanto, desconstrói paradigmas já estabelecidos.

Os estudos de gênero parecem esclarecer algumas dessas insuficiências. Como afirma Graves-Brown (2008: X), é pelo fato de ser tão particular que muitos dos

“ismos” das primeiras feministas foram barrados na egiptologia, sobretudo ideias de uma opressão universal das mulheres, já que as fontes demonstram que as mulheres egípcias, por outro lado, tinham um estatuto legal diferenciado se comparadas às suas vizinhas do Mediterrâneo.

Os estudos sobre as mulheres no Egito antigo não chegaram com o movimento feminista na década de 1960. Para além das questões que envolvem o orientalismo, é preciso entender de que modo os egiptólogos se apropriaram do debate feminista e dos estudos de gênero. É preciso separar metodologicamente estes estudos sobre as mulheres dos estudos promovidos pelo viés do feminismo e do gênero. Estudar as mulheres no Egito não era sinônimo de qualquer engajamento, ao contrário, era a expressão muitas vezes de ideais imperialistas e masculinos. As mulheres não constituíam um tema novo na egiptologia. O fato de autores gregos e romanos já terem dado destaque especial às mulheres nas fontes não permitiu que a comunidade acadêmica negligenciasse a questão. Nas palavras de Wilfong, “women occupy a uniquely visible and autonomous position in Egypt, and this was considered a distinctive characteristic of Egypt in ancient times” (2007: 206). Assim, não seria forçoso dizer que parte da razão do Egito “entrar” para a história ocidental (entendida aqui nos seus moldes judaico-cristão) se deve às mulheres.

Entretanto, a pouca atenção aos estudos do gênero por parte dos egiptólogos se deve, entre outros motivos, a uma identificação da sociedade ocidental com o mundo grego e romano. A mulher “ocidental” (burguesa, vitoriana) era mantida por uma relação dialógica com um modelo feminino ateniense (também artificial), em que a reclusão, o trabalho doméstico e a subordinação aos homens eram as principais características². A mulher “oriental” entrava no jogo de modelo-repulsão pela região da Síria-Palestina, com grande foco nos estudos bíblicos (O’Brien, 1999).

A crise pós-moderna que atingiu a antropologia e o movimento feminista em finais da década de 1970 parece ter chegado com um certo atraso na egiptologia. Ao mesmo tempo em que os egiptólogos eram quase sempre “empurrados” pelas fontes egípcias a repensarem seus argumentos e explicações, esse descompasso teórico-metodológico parece ter firmado um silêncio entre as disciplinas que só muito recentemente vem se modificando. A ausência do diálogo, mais do que um sinal de

² Esse tipo de visão sobre as mulheres gregas hoje já está ultrapassado. Os trabalhos de Sarah Pomeroy abriram um novo campo de discussão, revisitando traduções e apropriações do material disponível. Sobre isso ver também Andrade (1994).

auto-suficiência de ambas, representa a colocação da história do Egito (e de tudo relacionado a ele) como temas periféricos. Vale lembrar que a coletânea de Georges Duby e Michelle Perrot sobre a história das mulheres no Ocidente excluiu as egípcias. Para além da discussão se o Egito pertence ou não ao “Ocidente”, chama a atenção que nem mesmo o Egito helenizado ou o romano tenham sido incluídos no texto. O foco privilegiado no mundo greco-romano, “clássico”, reforça não apenas esse duplo exotismo, mas também os critérios e processos de seleção pelos quais (a história d) o Egito tem seu pertencimento autorizado no ocidente europeu.

Os atentados do 11 de Setembro de 2001 e mais recentemente a Primavera Árabe, parecem ter recuperado a discussão sobre o tema do gênero e das mulheres. Nesse contexto, a obra clássica de Edward Said, *Orientalismo*, foi retomada pela comunidade acadêmica que, então, via-se obrigada a justificar (e explicar) o que parecia tão distante no tempo e no espaço. O “Oriente”, que podia ser o Egito, o Afeganistão, o Iraque ou a Síria, se tornava mais uma vez *o outro*, que representava a antítese do mundo ocidental e que agora invadia nossas fronteiras, de um saber confortável, obrigando-nos a sair das bibliotecas.

Nesse novo quadro de discussão intelectual, os temas ligados ao gênero, à sexualidade e ao feminismo foram colocados no centro do debate político e econômico. O “Oriente” não era mais lascivo e luxurioso como no século XIX, mas agora oprimido e controlado pelo Islã, pelo Estado teocrático, opressor das mulheres, da sexualidade e das liberdades individuais. Construções desse tipo, pautadas num novo Orientalismo, foram justificativas para ações militares e mobilizações de direitos humanos, conforme discutido por Wallerstein (2007)³. Entretanto, ficou evidente o desconhecimento das tradições corânicas e mesmo das questões em torno do gênero, das construções em torno do feminino e do masculino nessas realidades. Temas como o uso do véu, o apedrejamento e a castração feminina tornaram-se cada vez mais recorrentes na mídia, numa tentativa quase desesperada de apologia à liberdade⁴.

Os estudos sobre o Egito antigo privilegiaram os temas da religião, da história da arte. A filologia e a literatura foram tópicos privilegiados da pesquisa e foram

³ Em especial o texto “Quem tem o direito de intervir? Os valores universais contra a Barbárie”.

⁴ Não se trata de negar os abusos e práticas de muitos Estados islâmicos sobre os indivíduos, mas de se afirmar sobre a generalização de que o Islã é sinônimo de repressão, camuflando assim, uma série de práticas ocidentais também em torno de questões relativas à sexualidade e ao gênero. A discussão sobre a obra de Said e seus críticos tem colaborado para que determinados pressupostos em torno das relações de gênero possam ser revistos e os usos políticos a partir delas

articulados com o estudo da cultura material. Foi a década de 1990 que concentrou a produção acadêmica de língua inglesa sobre o gênero. Autores como Watterson (1991), Robins (1993), Tyldesley (1994, 1996, 1998), Capel e Markoe (1997), Wilfong (1999), Lesko (1999), Roth (1999) ganharam visibilidade dentro e fora da academia. Muitas das publicações não chegaram a ser tipicamente *feministas* e não tiveram um tratamento teórico relevante. Grande parte dos trabalhos, herdeiros ainda da História das Mulheres, trataram o gênero como sinônimo de “mulheres”, inclusive os que tratavam da sexualidade (Robins 1996; Meskell, 1999 e 2000) confirmando os estereótipos das feministas ou mesmo dos primeiros egiptólogos.

As obras de referências, como dicionários e enciclopédias sobre o Egito faraônico em geral apresentam o verbete “mulheres”, os quais vem acompanhados e outras indicações a verbetes relacionados, como família, sexualidade, nascimento, erótica, casamento, divórcio. Essa associação do universo feminino à casa, ao mundo privado, à sexualidade são intrínsecas às fontes? Ou são pressupostos anacrônicos?

No *Lexikon der Ägyptologie* (1975) o verbete *Frau* inicia com uma diferenciação marcada entre as mulheres egípcias e gregas: a entrada do helenismo no Egito confinou a mulher no gineceu, chamando-a de incapaz. Essa polarização reforça a alteridade das egípcias e o lugar do Egito fora dos “padrões” de entendimento dos historiadores. A mulher egípcia era uma “pessoa” com toda força do termo: dona de títulos, de direitos, propriedades, bens, respeito, etc. Apesar de possuir igualdade jurídica em relação ao homem, *ainda é mulher* (grifo meu) (:280).

O trabalho de Redford (2001) segue a mesma linha da divisão dos verbetes. No entanto, sua análise é um pouco mais cuidadosa, afirmando de antemão que a categoria “mulheres” não é uniforme. A categoria “classe” é um critério determinante para a constituição da sua análise, sobretudo pela disponibilidade da documentação - sabemos que grande parte das fontes egípcias, sobretudo as do contexto funerário pertencem aos grupos mais abastados. O texto divide as mulheres em três grandes categorias: as mulheres da realeza, a elite e as mulheres que não pertenciam a esses dois grupos, colocadas na categoria “não-elite”. Um outro problema assinalado por Redford é o fato da documentação deixada pelos egípcios ter sido produzida por homens, com exceção de poucas cartas. De acordo com essas fontes, o lugar de maior atuação e autoridade da mulher era a casa, expressando muito provavelmente um ponto de vista masculino.

As obras de referência em pouco ou nada se diferem de outros estudos mais genéricos sobre mulheres e o gênero. É predominante o caráter descritivo, além de uma

organização das mulheres em torno de seus títulos, atividades, estatuto legal (casamento, divórcio, propriedades). Nesse aspecto, os temas adjacentes são em geral sexualidade, vestimenta, beleza, crianças, família real e claro, a vida das rainhas. Redford reconhece que as fontes podem expressar um ideal das elites sobre o papel e o lugar das mulheres, embora seja difícil identificar o alcance desses ideais nas práticas sociais. Ainda no campo dos estudos das mulheres e do gênero, egiptólogos se dedicaram ao estudo de outras atividades das mulheres como as dançarinas, musicistas, amas, além dos espaços dedicados ao feminino, como os haréns⁵. Uma série de estudos dedicados a temas “clássicos” envolvem as mulheres, como fertilidade, nascimento, menstruação, cuidados com a casa, etc. É curioso notar que os temas dedicados às mulheres, ao feminino, em nada se diferenciam dos assuntos apresentados nas capas de algumas revistas femininas contemporâneas: sexo, moda, direitos, economia. Por enquanto parece que as egípcias estão livres das dietas.

Traduções recentes de papiros em grego e demótico têm revelado outros aspectos da sociedade egípcia, tais como a participação feminina na administração de bens, contratos de propriedade e casamento, divórcio, herança e disputas judiciais. Paralelamente, há o desenvolvimento de estudos sobre a sexualidade masculina, ainda tímidos diante do grande número de publicações sobre as mulheres. Trabalhos em torno do homossexualismo masculino (Parkinson 1995; Montserrat 1996; Dowson, 2008) têm ganhado espaço e colaborado para problematizar uma visão de masculinidade monolítica, oposta a uma feminilidade construída, contestada (Parkinson *apud* Graves-Brown, 2008). Nesse escopo é interessante notar que outros trabalhos ligados à fertilidade não se restringem ao feminino. Ao contrário, a figura do faraó e de divindades como o deus Min, reforçam o papel masculino na fertilidade das terras e na manutenção da criação divina.

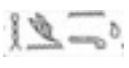


Contudo, mesmo com esse reconhecimento por parte dos egiptólogos, esses temas parecem obrigatoriamente gravitar em torno de categorias atribuídas ao feminino. Ainda parece ser prioridade de uma dada historiografia “dar” às mulheres visibilidade, voz, espaço, de modo que categorias como *feminino*, *masculino*, *homens* e *mulheres* se tornam assim, auto-evidentes, monolíticas. Assim, a História das Mulheres se repete, mas travestida de gênero.


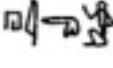

⁵ Não confundir com o harém árabe. O trabalho de Del Nord (1981) apresenta os principais problemas referentes ao termo *Hnr* e suas diferentes interpretações.

Com base nessa afirmação e no brevíssimo quadro aqui apresentado sobre os estudos de gênero no Egito antigo, é preciso identificar qual é de fato a relevância da egiptologia para esse campo. Se o que vimos até agora foi quase a mera importação de um conhecimento “superficial” sobre as questões de gênero, em que medida a egiptologia, não encaixada no modelo de civilização ocidental, pode nos oferecer um olhar menos viciado? De que modo ela pode propor uma nova epistemologia?

Um primeiro aspecto a ser examinado é o das cosmogonias. Os mitos de criação apresentam aspectos que não colocam categorias como “masculino” e “feminino” em oposição. Na tradição de Heliópolis, por exemplo, o mito cosmogônico indica a separação entre esses dois princípios que, seguida da interação sexual, dá início à criação. Tal separação não indica necessariamente um antagonismo. A criação egípcia, também na tradição menfita, se dá pela diferenciação de elementos, pela atribuição de nomes. Assim, a criação de uma nomenclatura própria garante a existência, como no mito bíblico do Gênesis, em que o Verbo inicia a criação do universo. A cosmogonia de Hermópolis, por outro lado, destaca elementos em pares, com quatro casais primordiais que garantiam o equilíbrio e a manutenção das coisas criadas. Deste modo, a hierarquia entre os elementos não pode ser lida como propôs o modelo feminista. Tal hierarquia, inspirada pela relação entre homens e mulheres no ocidente não pode ser tomada como universal. Assim, não há polarização, mas complementaridade, numa estrutura hierárquica que não subjuga as mulheres aos homens.

Não podemos nos iludir, entretanto, que a sociedade egípcia do período faraônico (3100-330 a.C.) tenha sido a mesma. Apesar da permanência de determinadas tradições religiosas, mesmo referentes aos mitos de criação, é preciso analisar cada caso em seu contexto específico, respeitando a cronologia e as diversidades locais. Contudo, me interessa problematizar uma epistemologia ocidental que pressupõe diversos antagonismos, como a luta entre os sexos, a luta de classes, a disputa entre o indivíduo e a sociedade, etc.

Num outro nível, o determinismo biológico ainda é predominante nas pesquisas sobre o gênero no Egito antigo. Isso é particularmente interessante no caso egípcio, pois não possuíam uma palavra para “sexo” ou para as relações sexuais. Denominavam os órgãos sexuais, *hnn* , “pênis”, “falo”; *kjt* , “vulva”; *idt* (?) ou *šd* , “útero”. Homens e mulheres eram caracterizados pelas suas atividades e títulos e o nome tinha um caráter importante na constituição dos indivíduos. A língua egípcia

oferece um recurso interessante para se pensar as categorias “sexuais” elaboradas por eles: a presença dos determinativos, além da separação dos gêneros masculino e feminino. O termo “esposa” *Nbt pr*, tem o determinativo , feminino e , “esposo”, *hi*,  tem o determinativo de um falo ereto,  junto com o da figura masculina. Não há um determinativo “sexual” evidente para a diferenciação da mulher, como no caso do homem. Entretanto, esse é um tema não explorado pelos filólogos. Richard Parkinson (2008) apresenta as noções em torno da ideia de masculinidade, em que o termo *nht* está associado à força física, dureza e virilidade. O papel de cada um na procriação é evidenciado por textos que afirmam que a mulher gerava a carne e o homem, os ossos (Montserrat, 1996). Há também um grande número de referências em relação ao útero, freqüente na documentação funerária como metáfora da tumba para o renascimento.⁶ O fato dos egípcios darem nomes a algumas coisas e não a outras foi um tema pouco discutido na literatura sobre o gênero.

Se a ideia de natureza é também cultural, não universal, então como os egípcios estabeleciam o que era “natural”? Os termos egípcios para natureza são vagos, se aproximando mais da ideia de “forma”, “corpo”, “contorno” (*irw*, *kī*, *kmj*, *kd*), ou “disposição” (*iwn*), “condição” (*sšm*). Para os egípcios, a ordem (*maat*) só poderia existir com a convivência simultânea de pólos opostos: o dia e a noite, o bem e o mau, o feminino e o masculino. Se essas oposições ultrapassam o modelo antagônico, a organização social egípcia, ao menos idealmente, deve ter incorporado esses princípios. Deste modo, o pressuposto feminista de que a sociedade é o local de conflito entre homens e mulheres fica insustentável.

Se assumimos que não existe gênero fora das relações, como afirmam Strathern (2006) e Butler (1999), que as diferenças biológicas não determinam construções de gênero (Moore, 1988) e o “sexo” é um efeito, nas palavras de Foucault (1977), a análise antropológica tem um problema: assume como pressuposto uma dicotomia a qual deveria explicar (Moore, 1988:4). O gênero não é fixo, não é uma identidade, nem a manifestação cultural do sexo. Como pensar a questão do gênero sem o “sexo”?

⁶ O trabalho de Toivari-Viitala (2001) e especialmente o de Frandsen (2007) falam das listas de dispensa das mulheres menstruadas na vila de Deir el-Medina. Frandsen desenvolve sua análise a partir da ideia de que o contato dos trabalhadores das tumbas com as esposas menstruadas contaminava magicamente o trabalho na tumba. A menstruação, significando o não-nascimento, poderia interferir magicamente no renascimento do morto. Ele apresenta uma série de evidências linguísticas e iconográficas identificando a tumba com o útero feminino.

Se os estudos de gênero tiveram o contrapeso de uma extensa etnografia para relativizar seus pressupostos universais, qual o mérito da egiptologia? Se a historiografia feminista demonstrou a ausência de uma experiência universal que unifique as mulheres, como a menstruação, a gravidez, etc., uma vez que o sentido simbólico de cada experiência depende do contexto que a mulher vive, então como pensar o processo de naturalização dos corpos e das diferenças sexuais? O corpo cristaliza as diferenças, a desigualdade, conferindo um aspecto *natural* para isso.

O trabalho de Laqueur (2001) ilumina essas afirmações. O dimorfismo sexual é investigado por ele demonstrando que as diferenças *entre* os corpos, assim como os *próprios* corpos, são produtos de práticas discursivas específicas, as quais dão sentido às partes do corpo e sua relação, como índice ou outra coisa equivalente, com substâncias e processos fisiológicos, incluindo aqueles que se associam à reprodução humana (Moore, 1988: 7). Mais ainda, ele situa historicamente essas construções, demonstrando como essas categorias se associaram a outras.

A egiptologia seria apenas “mais uma” na lista de “etnografias” que criticaram o feminismo? A fim de desenvolver este argumento, gostaria de retomar Marilyn Strathern (2004: XXI): “so rather than trying to prove the point with data, I shall make data with it”. Não se trata de incluir o Egito antigo e mesmo a egiptologia entre os contestadores e problematizadores da teoria feminista e do gênero, mesmo na discussão de novos modelos epistemológicos sobre a “sociedade” ou “indivíduo”, mas de evidenciar que o exame de uma sociedade cujo status na história ocidental tem oscilado, pode convidar a antropologia, ainda na liderança da discussão sobre o tema, a “repatriar” o Egito, já que isso não tem sido pelos historiadores, nem pelos egiptólogos. Se a antropologia e o feminismo se acomodam mutuamente como “outra voz” (Strathern, 2006: 76), elas também trabalham para romper dicotomias; o feminismo “homens-mulheres” e a antropologia “nós-outros”. Strathern chamou a atenção para a necessidade de uma “antropologia de si mesmo, que pode ser estendida à egiptologia. O esforço da academia em *compreender* o mundo egípcio e o modo como o gênero é ali constituído não pode significar a conformação do mundo egípcio ao nosso modo de entender o mundo *deles*. Do mesmo modo, os egiptólogos não podem tomar as fontes sem uma discussão com outras áreas do conhecimento, como se os antigos egípcios fossem um grupo especial, semi-humano. Isso, quando feito contribui para que a sociedade egípcia não permaneça soterrada no imaginário de múmias e pirâmides. Assim,

“If at each juncture something more is generated than something more acts as a kind of ‘remainder’, material that is left over, for it goes beyond the original answer to the question to encapsulate or subdivide the position (the question-answer set) by further questions requiring further answers. It opens fresh gaps in our understanding.” (Strathern, 2004: XXII)

Esses *fresh gaps* tornam possível o contato entre as superfícies das áreas. Não se trata de retirar as areias do Egito, mas inclui-las no exercício de análise. Deve-se aproveitar - e aprender - com o fato dos egípcios combinarem o que parecia “incombinável”, a multiplicidade de explicações não compromete o entendimento do mundo, numa disputa pela verdade mas, ao contrário, oferece o exercício de (re)pensar o mundo e as nossas categorias de entendimento sobre ele.

Bibliografia

Abu-Lughod, Lila. “*Orientalism*” and *Middle East Feminist Studies*. *Feminist Studies*, vol. 27, n. 1. (Spring 2001), pp. 101-113.

Andrade, M. M. *A cidade das mulheres: alteridade do feminino e cidadania ateniense*. Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 209 páginas, 1994.

Araújo, Luís Manoel de. *Estudos sobre erotismo no antigo Egito*. Edições Colibri: Lisboa, 1995.

Ashton, Sally-Ann. *Cleopatra and Egypt*. Oxford: Blackwell, 2008.

Bock, G. Challenging Dichotomies: new perspectives on women’s history. In: Offen, Karen; Pierson, Ruth R.; Rendall, Jane (eds.) *Writing Women History. International Perspectives*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1991.

Butler, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

_____. *Body that matters: on the discursive limits of “sex”*. New York, London: Routledge, 1993.

_____. *Undoing Gender*, New York, London: Routledge, 2004.

Cameron, A.M., Kuhrt, A. (eds.) *Images of Women in Antiquity*. Detroit: Wayne State University Press, 1983.

Capel, A. K., Markoe, G.E. (eds.) *Mistress of the House, Mistress of Heaven: women in Ancient Egypt*. Catalogue exhibition. Cincinnati Art Museum. New York: Hudson Hills Press, 1996.

- Carvalho, V. C. *Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material. São Paulo, 1870-1920*. Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2001.
- Dowson, Thomas. A. Queering sex and gender in Ancient Egypt. In: Graves-Brown, Carolyn. et al. *Sex and Gender in Ancient Egypt*. "Don your wig for a joyful hour". Swansea, Classical Press of Wales, 2008, p.27-46.
- Duby, G. & Perrot, M. (org.). *História das Mulheres no Ocidente*. Vol.1 Porto, Afrontamento, 1993.
- Dunand, F. & Zivie-Coche, C. *Dieux et Hommes en Égypte*. Paris: Armand Colin, 1991.
- Faulkner, Raymond O. *A concise dictionary of Middle Egyptian*. Oxford: Griffith Institute, 1991.
- Foucault, Michel: *História da Sexualidade – A vontade de saber*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- Francheto, B. et al. "Antropologia e Feminismo", *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, vol.1, n,1, 1981.
- Graves-Brown, C. et al. (eds.) *Sex and Gender in Ancient Egypt*. "Don your wig for a joyful hour". Swansea: Classical Press of Wales, 2008.
- Haraway, D. *Simians, Cyborgs, and Women. The Reinvention of Nature*. New York and London: Routledge, 1991.
- Jeffreys, D. *Views of Ancient Egypt since Napoleon Bonaparte: imperialism, colonialism and modern appropriations*. London:UCL Press, 2003.
- Laqueur, T. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, Rio de Janeiro:Relume-Dumará, 2001.
- Lesko, B. *The remarkable women of Ancient Egypt*. Providence, 1999
- Lichtheim, M. *Ancient egyptian literature. 3 Vols*. Berkeley:Berkeley University Press, 2006.
- Lustig, J. *Anthropology and Egyptology. A developing dialogue*. United Kingdom: Sheffield, 1997.
- Manniche, L. *Sexual life in ancient Egypt*. New York: Methuen, 1987.
- McAuslan, I. & Walcot, P. *Women in Antiquity*, New York e Oxford: Oxford University Press, 1996.
- McComarck, C. P., Strathern, M. *Nature, Culture and Gender*. Cambridge: Cambridge University Press,1980.
- Meeks, K R. (ed.) *Egyptology and the social sciences*. Cairo: The American University in Cairo Press, 1979.

Meskell, L. *Archaeologie of social life: age, sex et cetera in Ancient Egypt*. Oxford, Blackwell, 1999.

_____. Re-em(bed)ding sex: domesticity, sexuality and ritual in New Kingdom Egypt'. In: Schmidt, Robert, Voss, Barabara L. (eds.) *Archaeology of sexuality*. London, New York: Routledge, 2000.

Moore, H. L. *Feminism and Anthropology*. Cambridge: Polity Press, 1988.

Montserrat, D. *Sex and Society in Graeco-Roman Egypt*. London and New York: Kegan Paul International, 1996.

Nord, Del. The term *hnr* "Harem" or "Musical Performers"? In: Simpson, William K; Davis, Whitney M. (eds.) *Studies in Ancient Egypt, the Aegean, and the Sudan. Essays in honor of Dows Dunham on the occasion of his 90th birthday*. June I, 1980. Department of Egyptian and Ancient Near Eastern Art. Museum of Fine Arts, Boston, 1981.

Pomeroy, Sarah. *Women in the Hellenistic Egypt*, New York, 1984.

O'Brien, Alexandra. *Private Tradition, Public State - Women in Demotic Business and Administrative Texts from Ptolemaic and Roman Thebes*. Phd Dissertation, University of Chicago, 1999.

Parkinson, R. Boasting about hardness: constructions of Middle Kingdom masculinity. In: Graves-Brown, Carolyn. et al. *Sex and Gender in Ancient Egypt*. "Don your wig for a joyful hour". Swansea, Classical Press of Wales, 2008, p.115-141.

Pestman, Pieter W. *Marriage and Matrimonial Property in Ancient Egypt. A contribution to establishing the legal position of the woman*. Leiden: Brill, 1961.

Pinch, G. *Childbirth and female figurines at Deir el-Medina and el-Amarna*. *Orientalia* 52 (1983), pp. 404-14.

Piscitelli, Adriana. Recriando a (categoria) mulher?. In: Algranti, Leila M. (org.) *A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos*, nº 48. Campinas, IFCH-Unicamp, 2002, pp. 7-42.

Rabinowitz, N. S. *Feminist Theory and the classics*. New York: Routledge, 1993.

Redford, D. (ed.) *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

Roden, F. *Antropologia, história e gênero*. XXV Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 16-20 de outubro, 2001.

Roth, A.M. *The absence spouse: patterns and taboos in Egyptian tomb decoration*. *Journal of the American Research Centre in Egypt* 36 (1999), pp. 37-53.

Rowlandson, Jane. *Women & Society in Greek and Roman Egypt*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Strathern, M. *The Gender of the Gift*. Berkeley, London: University of California Press, 1988.

_____. *O Gênero da Dádiva*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007

_____. *An awkward relationship: the case of feminism and anthropology*. *Signs*. Chicago: Chicago University Press, Vol. 12, n. 2 (Winter), p. 276-292. *Reconstructing the Academy*, 1987.

_____. *Partial Connections*. Oxford: Rowman and Littlefields Publishers, 2004 [1991].

Said, E. W. *Orientalismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

_____. *Orientalismo reconsiderado*. IN: Said, E. *Reflexões sobre o exílio*. São Paulo, Cia. das Letras, 2001, p. 61-78.

Scott, Joan. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988.

Smith, Bonnie G. *Gênero e História: homens, mulheres e prática histórica*. EDUSC, 2003.

Toivari-Viitala, Jaana. *Marriage at Deir el-Medina*. In: Eyre, C.J. (ed.) *Proceedings of 7th International Congress of Egyptologists*. Cambridge 3-9 September, 1995. *Orientalia Lovaniensia Analecta 82*. Leuven: Peeters, 1998, pp. 1157-1163.

_____. *Women at Deir el-Medina. A study of the status and roles of the female inhabitants in the workmen's community during the ramesside period*. Leiden: Nederlands Instituut voor Het Nabije Oosten, 2001.

Tyldesley, Joyce. *Daughters of Isis. Women of Ancient Egypt*. London: Penguin, 1994.

_____. *Hatchepsut. The female Pharaoh*. London: Penguin, 1996

_____. *Nefertiti Egypt's Sun Queen*. London: Penguin, 1998.

Wallerstein, I. *O universalismo europeu, a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Waterson, B. *Women in Ancient Egypt*. New York: St. Martin's, 1991.

Wilfong, T. G. *Menstrual synchrony and the 'place of women' in ancient Egypt (Hieratic ostrakon Oriental Institute Museum 13512)*. In: Teeter, Emily (ed). *Gold of praise: studies in honour of Edward F. Wente*. Chicago. p. 419-34, 1999.

_____. *Friendship and physical desire: the discourse of female homoeroticism in fifth century CE Egypt*. In: Rabonowitz, Nancy S. (ed.) *Among women: from the homosocial to the homoerotic in the Ancient World*. Austin, Texas, 2002.

_____. *Gender and sexuality*. In: Wilkinson, Toby (ed.). *The Egyptian World*. London and New York, Routledge, 2007. p. 205-217.